

BANCOS LUCRAM BILHÕES, MAS NÃO QUEREM PAGAR AUMENTO REAL

Fenaban propõe reajustar salários e demais verbas apenas pela inflação do período, projetada em 3,90%. Nesta quarta 8 tem assembleia para apreciar a proposta, e Comando dos Bancários indica sua rejeição

Reposição da inflação, medida pelo INPC, para salários, pisos e demais verbas como PLR, VA, VR e auxílio-creche/babá. Essa foi a proposta apresentada por um dos setores mais lucrativos do país aos bancários, na mesa de negociação da terça-feira 7 (foto). Além disso, a federação dos bancos (Fenaban) não trouxe respostas a outras reivindicações importantes, como manutenção dos empregos e não adoção das novas formas de contratação previstas na reforma trabalhista.

“Deixamos claro na mesa que a proposta não contempla os bancários, os responsáveis pelos resultados tão positivos dos bancos. Ela é insuficiente, pois não prevê aumento real. E é incompleta, já que a Fenaban não trouxe respostas para várias reivindicações que apresentamos ao longo das rodadas de negociação, como demandas de saúde e emprego. E nem se comprometeram com a não retirada de direitos, com a não substituição de bancários por terceirizados, e não adoção das novas contratações previstas na reforma trabalhista”, avalia a presidenta do Sindicato, Ivone Silva, uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários.

“Os dados [veja ao lado] deixam claro que os bancos não têm desculpa para não oferecer aumento real. Também não dão margem para qualquer justificativa para cortes de postos de trabalho. Na mesa, os bancos só se comprometeram em não adotar o empregado hipersuficiente, previsto na reforma trabalhista. É pouco. Queremos aumento real, garantia de emprego, de que os bancos não adotarão novas contratações permitidas pela lei trabalhista de Temer. Queremos ainda melhorias nas cláusulas de saúde da CCT e o fim das metas abusivas, já que os bancários são uma das categorias que mais adoecem”, ressalta Ivone

Pela proposta da Fenaban, o acordo seria de quatro anos, com reposição da inflação a cada data base (1º de setembro). Para este ano, o reajuste seria de 3,90% (projeção do INPC entre 1º de setembro de 2017 e 31 de agosto de 2018). O Comando adiantou que acordo de quatro anos só com garantia de empregos.

A próxima negociação ficou marcada para 17 de agosto. ✚

TODOS NA ASSEMBLEIA!



A proposta dos bancos será apreciada pelos bancários de São Paulo, Osasco e região em assembleia nesta quarta-feira 8, a partir das 19h, na Quadra dos Bancários (Rua Tabatinguera, 192, Centro). E o Comando Nacional dos Bancários indica sua rejeição.

“Todos na Quadra. Trabalhadores de bancos privados e públicos, sindicalizados ou não, devem participar para dar um sonoro 'não' a essa proposta que não atende nossas reivindicações”, diz Ivone.

A assembleia também vai deliberar sobre a

participação da categoria nos atos nacionais da sexta 10 de agosto, o Dia do Basta, chamado pelas centrais sindicais e movimentos sociais em protesto contra os retrocessos do governo golpista de Temer.



JAILTON GARCIA/CONTRAF-CUT

LUCRO DOS PRINCIPAIS BANCOS

2017

R\$ 77,4 bilhões
 Aumento de 33,5%
 em relação a 2016

PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2018

R\$ 20,3 bilhões
 18,7% a mais do que no
 mesmo período de 2017

BANCOS LUCRAM MAIS. BANCÁRIOS TRABALHAM MAIS

ENTRE 2012 E 2017

- **Lucro líquido:** crescimento real de 12%
- **Carteira de crédito:** crescimento real de 25%
- **Cientes com conta-corrente:** alta de 9%
- **Cientes com conta-poupança:** alta de 31%



BANCOS PÚBLICOS

Caixa apresenta proposta inaceitável

Além de não garantir direitos, como PLR Social e manutenção do Saúde Caixa nos moldes atuais, banco ignora mais de 30 cláusulas do atual acordo específico. Quarta 8 tem assembleia e orienta-se pela rejeição

Na quinta rodada de negociação específica da Caixa dentro da Campanha Nacional 2018, na terça 7, o banco apresentou proposta que ignora dezenas de direitos atualmente garantidos pelo acordo coletivo.

Entre eles, horas extras, adicional de trabalho em horário noturno, PLR Social, isenção de anuidade do cartão de crédito, juro do cheque especial diferenciado, tarifas em conta corrente, ausências permitidas, escala de férias, jornada de trabalho, Saúde Caixa, suplementação do auxílio doença (licença caixa), adicional de periculosidade e insalubridade, intervalo para descanso NR 17, homologação das rescisões, GT Saúde Caixa, GT Saúde do Trabalhador, negociação permanente, incentivo à elevação por escolaridade, incorporação REB, GT Contencioso Funcef, mais contratações e abrangência do ACT.

“Recebemos a proposta com grande espanto porque além de não atender as

reivindicações dos empregados por novas cláusulas, como designação efetiva das funções e incorporação após 10 anos, ainda ignorou diversas cláusulas garantidas historicamente”, avalia Dionísio Reis, coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa).

Uma nova negociação ocorrerá no dia 17, na sequência da próxima mesa com a Fenaban.

“Nesta quarta 8 será realizada assem-

bleia e na sexta 10 será deflagrado Dia do Basta, protesto nacional da classe trabalhadora. Os bancários devem participar maciçamente da assembleia do dia 8 e se juntar às mobilizações do dia 10 em defesa dos direitos”, orienta Dionísio.

A proposta dos bancos será apreciada em assembleia na quarta 8, a partir das 19h, na Quadra dos Bancários (Rua Tabatinguera, 192, Centro). E o Comando Nacional dos Bancários indica sua rejei-

ção, por ser insuficiente e incompleta.

PLR Social ameaçada – Com relação à PLR, o banco afirmou que seguirá a regra Fenaban. A PLR Social não foi citada. Nas negociações anteriores, o banco não garantiu seu pagamento.

Reforma trabalhista – Representantes do banco mais uma vez afirmaram que se pautarão pela reforma trabalhista, que acabou com vários direitos.

O banco também não garantiu a incorporação de remuneração de função.

A Caixa afirmou que manterá o Caixa Minuto, e ameaçou utilizar também com avaliadores e tesoureiros. A CEE/Caixa cobra o fim do Caixa Minuto.

Saúde Caixa – O banco propõe seguir a resolução 23 da CGPAR, que exclui aposentados; elimina contribuição por grupo familiar e quebra o princípio de solidariedade, pelo qual empregados contribuem da mesma forma, independentemente do tempo de banco e idade. ✖

bit.ly/PropostalNaceitavel



Proposta do BB é insuficiente e incompleta

Comando Nacional dos Bancários orienta pela rejeição na assembleia desta quarta 8, na Quadra dos Bancários, a partir das 19h

O Banco do Brasil apresentou na terça 7, na sexta rodada específica de negociação, uma proposta incompleta e insuficiente para as demandas dos funcionários. Nas cláusulas econômicas ofereceu o mesmo que a Fenaban: apenas o reajuste da inflação para salários e demais verbas, sem aumento real.

O banco propôs ainda a manutenção da maioria dos itens do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), com

a vigência que for firmada na mesa única de negociação, com a Fenaban.

Na proposta do BB, houve ajustes em alguns pontos específicos. Um deles é a cláusula sobre ciclos avaliatórios para descomissionamentos. O banco havia proposto um semestre, mas agora propõe dois semestres.

Outras cláusulas serão discutidas, entre elas a de intervalo de almoço e parcelamento de férias. O BB também não apresentou proposta de renovação do protocolo de resolução de conflitos, que mantém canal para denúncias de assédio moral. A Comissão de Empresa avalia que, assim como os ciclos de GDP, essa cláusula é uma proteção para os funcionários. Um ponto positivo da proposta é na

cláusula de ausências autorizadas, na qual serão incluídos padastos e madrastas dos funcionários.

A proposta do BB será encaminhada para avaliação na assembleia

que ocorre nesta quarta-feira 8, na Quadra dos Bancários (Rua Tabatinguera, 192, Sé), a partir das 19h. E o Comando Nacional dos Bancários orienta pela sua rejeição.

Para Wagner Nascimento, coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB, a proposta do banco é insuficiente e incompleta. “Desta forma, a análise fica prejudicada e nossa orientação nas assembleias desta quarta-feira é pela rejeição, até que se tenha uma nova proposta. Queremos respostas que atendam às reivindicações dos bancários em outros itens além dos econômicos, como segurança bancária, melhoria nas questões de saúde e também de previdência.” ✖

